

## Conciliar para desburocratizar o serviço público

Janaína Lima (\*)

*Há no Brasil um intensivo movimento de judicialização dos mais variados temas*

São milhões de processos que se acumulam em todas as cortes do país, muitas vezes ignorando as práticas mais eficazes e simples para a solução de litígios: a conciliação e a mediação. De acordo com o levantamento mais recente do Conselho Nacional de Justiça, havia 79,7 milhões de processos em tramitação ao final de 2016. Apenas 12% dessas ações resultaram em acordos.

Processos judiciais são, em geral, custosos e demorados. Quando envolvem o poder público, o problema é potencializado. Essa situação colabora para a manutenção de dois grandes gargalos do Brasil: a burocracia e a baixa eficiência nos gastos públicos. A dívida de precatórios de São Paulo ultrapassa os R\$ 18 bilhões, o que compromete significativamente o orçamento do município.

Além do número alto de processos, a dívida é alavancada por juros aplicados durante a tramitação na Justiça. Na outra ponta, o cidadão que tem um valor pequeno para receber do Estado espera anos para executar essa dívida. Esse diagnóstico exige mudanças para que a resolução de litígios seja agilizada, favorecendo todos os lados. Por esse motivo, elaborei o projeto que permitirá que procuradores do município realizem acordos para prevenir ou terminar litígios judiciais.

O projeto é uma inovação para São Paulo, pois há na cidade um limbo jurídico. A legislação federal permite que

agentes públicos do Executivo realizem mediação como forma de prevenir litígios. No entanto, a falta de uma regulamentação municipal impede que os procuradores da cidade exerçam essa atividade.

Não é razoável que uma pessoa passe anos entre idas e vindas a fóruns, gerando custos processuais para ambos os lados, por causa de ações de baixo valor, como nos casos em que um município tem um pneu furado por um buraco ou avaria em um muro pela queda de uma árvore, por exemplo.

E é justamente essa situação que a minha proposta de lei irá mudar. Os procuradores poderão se dedicar a processos mais complexos, de valores mais altos, e que demandam estudos mais extensos, enquanto causas simples deixarão de entrar na fila. Portanto, também o trabalho dos procuradores municipais ganhará em eficiência.

Em resumo, ao menos três situações resultarão na queda dos gastos públicos: os acordos costumam resultar no pagamento de valores menores do que aqueles oriundos de condenações judiciais; a celeridade no recebimento pelo autor reduz o pagamento de juros; haverá otimização do trabalho dos procuradores em causas com maior chance de êxito e com valores mais elevados.

O projeto foi aprovado em primeira votação no último dia 12 de dezembro e espero que a prática seja adotada já a partir do primeiro semestre do ano que vem. A cidade de São Paulo precisa disso.

(\*) - É vereadora da cidade de São Paulo pelo Partido Novo.

# Novas regras eleitorais aprovadas no Congresso já valerão em 2018

O Plenário do Senado aprovou em outubro o projeto que regulamenta a distribuição de recursos do Fundo Especial de Financiamento da Campanha (FEFC)

A proposta, que já foi sancionada e valerá para as eleições de 2018, também altera regras eleitorais e limita gastos de campanha. Estimado em R\$ 1,7 bilhão para 2018, o fundo criado será composto por 30% das emendas de bancadas estaduais e pela compensação fiscal paga às emissoras de rádio e de TV por propaganda partidária, que será extinta.

Os recursos do fundo serão distribuídos da seguinte forma: 2% divididos por todos os partidos; 35% divididos pelos partidos com deputados eleitos, na proporção dos votos recebidos para a Câmara dos Deputados; 48% divididos na proporção das bancadas na Câmara; e 15% divididos na proporção da bancada no Senado. Para 2018, a representação a ser considerada será o tamanho da bancada na Câmara e no Senado, em 28 de agosto de 2017. Nos anos seguintes, a representação será a resultante da eleição. Depois de muita polêmica sobre o tema, prevaleceu o limite de 10%



Sessão do Senado quando foi aprovado o projeto que regulamenta a distribuição de recursos do financiamento da campanha eleitoral.

da renda do candidato para financiar a própria campanha eleitoral.

A minirreforma eleitoral aprovada neste ano impõe como teto de gastos para presidente da República R\$ 70 milhões; para deputado federal, R\$ 2,5 milhões; e para deputado estadual e distrital, R\$ 1 milhão. A campanha para governador terá seis faixas de tetos de

gastos, segundo o número de eleitores de cada unidade da Federação, variando de R\$ 2,8 milhões a R\$ 21 milhões. Candidatos a senador poderão gastar de R\$ 2,5 milhões a R\$ 5,6 milhões, enquadrados em cinco faixas segundo o número de eleitores em cada unidade da Federação.

A proposição aprovada também proíbe a candida-

tura avulsa. A opção gerou protestos do senador Reguffe (sem partido-DF). O parlamentar chegou a pedir verificação de voto, mas não teve o apoio necessário. "Se alguém quiser se filiar a um partido, muito bem. É um direito. Mas, candidatar-se sem filiação partidária também é um direito, e o eleitor tem a liberdade de escolher. Proibir isso é antidemocrático. Torna a política monopólio dos partidos políticos", argumentou.

O projeto seguiu a decisão do STF, que considerou inconstitucional a doação de pessoas jurídicas para campanhas eleitorais. Em relação às pessoas físicas, fica proibida a doação daquelas que exerçam função ou cargo público de livre nomeação e exoneração, ou cargo ou emprego público temporário, com exceção dos filiados a partido político. Já a propaganda eleitoral pelo rádio e pela TV, no segundo turno, ficará menor em quantidade de tempo diário e de dias (Ag. Senado).

## A cidade de Castro (PR) é a Capital Nacional do Leite

A Presidência da República sancionou a Lei que concede ao município de Castro (PR) o título de Capital Nacional do Leite. A homenagem foi proposta pelo deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR). Em meados do século XIX, Castro começou a receber imigrantes alemães e poloneses, aos quais se seguem os holandeses e os japoneses, no século XX. Em meio à expressiva produção agropecuária do município, a produção de leite se destaca, com forte influência das tradições pecuárias holandesas. Para Serraglio, a produtividade e a qualidade do leite produzido em Castro estão no patamar mais elevado do país.

Também foi sancionada a Lei que denomina Rodovia General Bento Gonçalves o trecho da BR-116 entre os municípios de Porto Alegre e Jaguarão, no Rio Grande do Sul. Bento Gonçalves foi um militar brasileiro, considerado um dos líderes da Revolução Farroupilha, movimento rebelde iniciado em 1835 que buscava a independência da província do Rio Grande do Sul do Império do Brasil.

Outra norma sancionada denomina Vitério Cella o elevado que liga a rodovia BR-282 ao acesso à rodovia BR-480, no município de Chapecó (SC). Vitério Cella foi um pioneiro no município de Chapecó, dedicou-se ao incremento da economia local trabalhando nas atividades agrícolas, suinocultura e extração de madeira. Foi também um líder político, fundador da chamada Colonia Cella, com grande participação social e econômica na região (Ag. Senado).

## Governo também descarta divisão da Embraer para venda à Boeing

O ministro da Defesa, Raul Jungmann, voltou a dizer que o governo brasileiro não se opõe a uma eventual parceria comercial entre a Embraer e qualquer outra fabricante de aeronaves internacional, mas que a manutenção do controle acionário da empresa brasileira é uma questão de preservação da soberania nacional. Além disso, a hipótese de a empresa ser dividida entre produção de aviões comerciais e militares, a fim de permitir a venda de uma parte dela que não inclua os projetos de defesa, também está fora de cogitação do governo.

"Há um núcleo da empresa, o de defesa, que é inalienável, porque aí tem soberania nacional, projeto nacional autônomo. Esta é a nossa preocupação, a do presidente Temer, do Ministério da Defesa e da FAB. Fora esse aspecto, não nos diz respeito. Se é fusão, participação, articulação, é um problema do conselho de administração da Embraer", comentou Jungmann. Lembrou que a empresa desenvolve inúmeros projetos de interesse estratégico para o país, como o sistema de controle espacial brasileiro; a arquitetura do Sistema In-



A Embraer investe na construção de aviões militares, como o cargueiro KC-390.

tegrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) e o reator multipropósito que será usado no projeto do submarino nuclear brasileiro.

"A Embraer é o coração de um cluster [uma zona que concentra empresas integradas entre si] de tecnologia, inovação e conhecimento. Nenhum país do mundo abre mão do controle de uma empresa como esta", declarou o ministro.

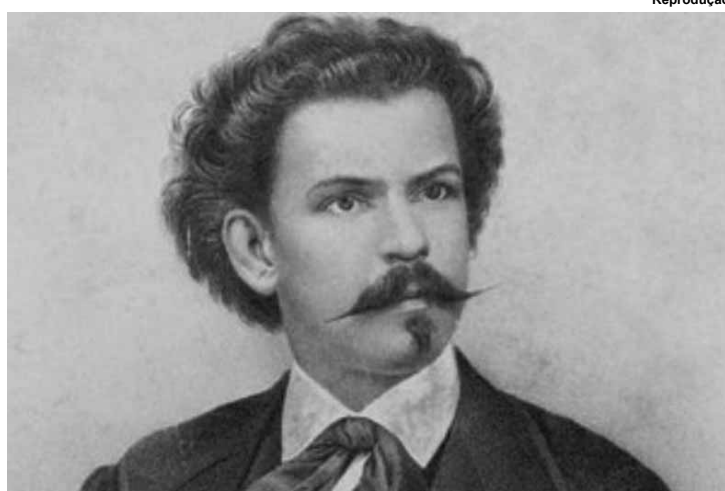
Desde que a Embraer foi privatizada, em 1994, o governo brasileiro detém uma ação, a chamada golden share, que lhe concede poder de vetar várias decisões, como uma eventual proposta de venda ou fusão

da companhia; a interrupção de projetos militares; e a exportação de tecnologia sem a anuência do governo.

O ministro disse que, mantido o controle acionário nacional, não é contrário à fusão da fabricante nacional com outra internacional, já que isso estaria em consonância com o processo de concentração verificado no mercado mundial.

Jungmann revelou que o governo já solicitou ao seu representante no conselho de administração da Embraer que solicite informações sobre as eventuais conversas entre representantes da empresa e da norte-americana Boeing (ABR).

## Carlos Gomes tem nome inscrito no Livro dos Heróis da Pátria



O maestro é autor da ópera O Guarani, baseada no romance de José de Alencar.

A inscrição do nome do maestro Antônio Carlos Gomes no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria foi sancionada pelo presidente Temer, na quarta-feira (27). O maestro é autor da ópera O Guarani, baseada no romance de José de Alencar, e que compõe a abertura do programa Voz do Brasil. O projeto que deu origem a lei, do deputado Paulo Freire (PR-SP), homenageia Carlos Gomes por toda sua obra artística de enaltecimento da identidade cultural brasileira.

Nascido em Campinas, em 1836, o maestro teve o mérito de projetar o Brasil no cenário musical internacional, destacando-se em um dos mais importantes teatros de ópera do mundo, o Teatro Scala de Milão. Carlos Gomes é o primeiro musicista a integrar a lista de heróis nacionais. O primeiro nome inscrito no Livro dos

Heróis e Heroínas da Pátria é o de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Também já foram homenageados Zumbi dos Palmares, Dom Pedro I, Santos Dumont e Villa-Lobos.

O presidente também sancionou a Lei que confere ao bispo católico Dom Helder Câmara o título de Patrono Brasileiro dos Direitos Humanos. Um dos fundadores da CNBB, Helder Câmara foi um dos grandes defensores dos Direitos Humanos durante a ditadura militar. O bispo é o brasileiro mais vezes indicado ao Prêmio Nobel da Paz, com quatro indicações. A nova lei tem origem no projeto do deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA), que tem a intenção de homenagear Helder Câmara não só pelo papel religioso, mas também pela luta em busca da paz e da justiça social (Ag. Senado).

## Kuczynski e Keiko são interrogados em Lima por caso Odebrecht

O presidente do Peru, Pedro Pablo Kuczynski, e a líder opositora Keiko Fujimori, ex-candidata a presidente derrotada por Kuczynski, foram interrogados ontem (28), de forma privada, em Lima, pelos procuradores que investigam o caso Odebrecht no país. Kuczynski depõe, em condição de testemunha, no Palácio do Governo, a uma equipe de procuradores anticorrupção liderada por Hamilton Castro. O presidente prestou esclarecimentos sobre a empresa Westfield Capital, de sua propriedade, que prestou consultoria à Odebrecht entre 2004 e 2007, quando ele era ministro do governo de Alejandro Toledo (2001-2006).

Uma parte da oposição no Congresso havia apresentado um pedido de cassação contra Kuczynski por este caso, que acabou sendo arquivado na semana passada, graças à abstenção de uma ala fujimorista, liderada pelo congressista Kenji



Presidente do Peru, Pedro Pablo Kuczynski, e a líder opositora Keiko Fujimori.

Fujimori, irmão de Keiko e filho do ex-presidente Alberto Fujimori. Durante o debate do pedido de destituição, Kuczynski afirmou que estava disposto a colaborar com todas as investigações do Congresso e da Procuradoria.

Keiko Fujimori, por sua vez, se apresentou no escritório do procurador José Domingo Pérez para depôr. Ela é interrogada sobre a anotação em

uma agenda do empresário Marcelo Odebrecht que dizia "Aumentar Keiko para 500" e pelo financiamento de suas campanhas eleitorais de 2006, 2011 e 2016. Keiko é investigada de maneira preliminar por lavagem de dinheiro. Ela é a filha mais velha do ex-presidente Alberto Fujimori, que no domingo (24) recebeu indulto de Natal de Kuczynski (ABR/EFE).

## Declaração fiscal única para organizações sem fins lucrativos

A Câmara analisa proposta que cria uma declaração única de informações socioeconômicas e fiscais da pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos de pequeno porte. O texto é de autoria do senador José Medeiros (Pode-MT). O objetivo da proposta, segundo o autor, é que pequenas entidades e associações sem fins lucrativos poderão enfrentar menos burocracia na prestação de contas ao fisco.

Atualmente, essas entidades devem manter escrituração contábil regular e completa que registra as receitas e despesas e precisam apresentar todas as declarações exigidas pela legislação tributária. O texto considera como pequenas as entidades e associações sem fins lucrativos com receita bruta anual de até R\$ 600 mil. Caso as normas não sejam cumpridas, haverá multa. A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça (Ag. Câmara).

